


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br
SENTENÇA

Processo nº: **0010041-31.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Dagoberto Monteiro Ricetti**
 Requerido: **Andrea Aparecida Broggio Epp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

DAGOBERTO MONTEIRO RICETTI pediu o despejo de ANDRÉA APARECIDA BROGGIO EPP e ANTONIO APARECIDO BROGGIO, do prédio situado na Rua Bernardino Fernando Nunes nº 1.635, bloco 2, barracão nº 23, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento de aluguéis e encargos da locação, somando R\$ 8.744,04, a cujo pagamento pretende também a condenação, incluindo os encargos que se vencerem até a data da desocupação, figurando Antonio como fiador.

O fiador foi citado.

A locatária desocupou o imóvel.

Foi depois citada e não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Ademais, encontra-se nos autos cópia do contrato escrito de locação, demonstrando a relação jurídica de direito material, e houve desocupação amigável do prédio, subsistindo interesse processual apenas na cobrança dos aluguéis e encargos da locação, inexistindo também nesse aspecto qualquer impugnação.

Diante do exposto, julgo prejudicado o pedido e despejo e acolho o pedido remanescente. Condeno os réus ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação vencidos até a data do ajuizamento da ação, somando R\$ 8.744,04, e daqueles que se venceram posteriormente, até a data da desocupação do prédio, sempre com correção monetária e juros moratórios à taxa legal, acrescendo-se ainda as custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e os honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA